

Gênero e territorialização no Reassentamento Córrego Prata – Porto Nacional – TO

TEMIS GOMES PARENTE*

O estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988, passou a integrar a região norte do país e também a Amazônia Legal. Com sua criação, o novo estado precisa de infra-estrutura para colocar em prática as políticas de desenvolvimento que visam minimizar as disparidades regionais do Brasil.

Com o discurso de diminuir as disparidades regionais, o Estado do Tocantins desde a sua criação, vem sofrendo transformações com as construções de grandes empreendimentos planejado para a região. Dentre estes, as construções das hidrelétricas.

Para o Rio Tocantins estão planejadas nove hidrelétricas, destas, seis estão no Estado do Tocantins, três já estão em funcionamento (Luis Eduardo Magalhães, Peixe Angical e São Salvador), uma está em fase de construção (Estreito) e duas em processo de licenciamento, (Impueieras e Tupiratins). Esses grandes empreendimentos, além de trazerem impactos ambientais, são responsáveis pela desestruturação de modos de vida das pessoas que antes viviam às margens dos rios e que com a construção de hidrelétricas se transformam em reservatórios de águas de grandes extensão.

As justificativas para a construção desses grandes empreendimentos estão alicerçadas em trazer o desenvolvimento para a região. O discurso desenvolvimentista, para o Estado do Tocantins remonta o período colonial (PARENTE, 2003).

Os impactos causados por estes empreendimentos foram e ainda são largamente estudados, em todas as áreas.¹ Os problemas decorrentes dessas construções afetam diretamente o ambiente em que vive a população ribeirinha, transferida

* Universidade Federal do Tocantins, Pós-doutora. Pesquisa Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

¹ A título de exemplo, no mestrado de ciências do ambiente da Universidade Federal do Tocantins, setenta por cento dos trabalhos é sobre o reservatório do Lajeado, formado pela construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães.

compulsoriamente para outras localidades, vê-se obrigada a abandonar sua forma de viver de maneira brusca, na grande maioria das vezes, sem o direito de escolha sobre onde venha a construir suas novas moradias.

Mas para chegar a este estágio é percorrido algumas estratégias: primeiro a forma em que se dar a desapropriação é utilizados por mecanismos para minimizar os usos que essa população faz da água e todas as atividades econômicas e sociais preexistentes ao projeto, ou seja, só são reconhecidos como atingidos aquelas pessoas que possuem o direito a terra aqui já é diferente. A segunda estratégia é a desinformação da população facilitando o acesso da empresa na região; depois vem as informações através da mídia, mostrando os benefícios que a empresa vai trazer para as pessoas, o local a região e mesmo no contexto nacional com a construção do empreendimento. Seguindo uma serie de etapas antes que a população se dê conta. E por ultimo é a negociação com as pessoas, isso ocorrendo de forma individual, estratégia que as empresas sempre utiliza.

Com as varias disputas dos movimentos sociais houve uma ampliação do conceito de atingidos, como a populações indígenas, minorias étnicas, camponeses e outros grupos que tenham direito informal à terra e outros recursos expropriados pelo projeto, devem ser ressarcidos adequadamente com terra, infra-estrutura e outras compensações. A ausência de título legal de propriedade não deve ser utilizada para negar a tais grupos compensação e reparação (World Bank, 1994, Executive Summary, Box 1). É nessa categoria que estão incluídos as famílias dos reassentados do Córrego Prata.

Apesar desses dados, esta pesquisa tem por objetivo “girar o foco” para outro ângulo: através da historia oral de mulheres e homens que hoje vivem no reassentamento Córrego Prata analisamos que os impactos causados pela construção da Usina e a conseqüente formação do reservatório, não foram negativos, na visão dos entrevistados, uma vez que gerou a oportunidade para essas famílias adquirem um lote de terra definitivamente delas

O Reassentamento Córrego Prata possui uma área total de 5.156, 3.105 ha, localizada no município de Porto Nacional, a 44 km do perímetro urbano e às margens da TO – 050, sentido Porto Nacional/ Palmas. Na área do Projeto de Reassentamento existe ainda uma área de 773, 2680 ha considerada reserva legal e 330, 5861 ha de área de preservação permanente.

Ao término da elaboração do Projeto de Reassentamento, o número de famílias que residiam no Reassentamento Córrego Prata era de aproximadamente 91 famílias reassentadas e 82 permutadas.² Sendo que a área média por família reassentada era, e continua sendo de 4 ha. Quanto aos aspectos das casas, estas lembram o modelo urbano, são casas construídas de tijolos e cobertas por telhas, com um sistema de água encanada e energia elétrica, sendo preservados alguns elementos rurais como o paiol com fogão caipira. As mesmas são padronizadas, correspondendo ao tamanho de cada família.

Segundo o Diagnóstico Agrônomo, Econômico e Social do Reassentamento Córrego Prata, as famílias remanejadas para esse local são formadas por antigos moradores de fazendas localizadas no entorno de Palmas e Porto Nacional e alguns advindos de povoados ribeirinhos. Estes desenvolviam atividades de lavrador, olericultor, caseiro, vaqueiro e formador de chácara nas propriedades de outras pessoas, portanto, não possuíam terras e a princípio não teriam direito à indenização conseqüente da formação do reservatório. Mas com a intervenção do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB – essas famílias entraram no processo de compensação indenizatória pela empresa responsável, experiência que este movimento trouxe das reivindicações indenizatórias dos impactados nas Hidrelétricas de Salto Caxias no Paraná e Serra da Mesa em Goiás.

No momento em que as famílias são transferidas para o reassentamento Córrego Prata, inicia-se o processo de “territorialização”, pois daquele momento em diante elas teriam um referencial, um lugar, um espaço no qual poderiam trabalhar e sustentar as suas famílias. Estou entendendo *Territorialização* fundamentando-me na noção de território

² Reassentadas são famílias que não eram proprietários de terra e permutados foram aquelas famílias que tinham terras as margens do rio receberam o equivalente no reassentamento.

de Félix Guattari e Suely Rolnik que entendem territorialização como sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.³

Essa pesquisa é uma continuação de um projeto mais amplo desenvolvido junto à população diretamente atingida com a formação do reservatório do Lageado, formado em decorrência da construção da UHE Luis Eduardo Magalhães-TO. Inicialmente pesquisamos o Reassentando Pinheirópolis objetivando perceber o processo de desterritorialização da população com a transferência compulsória para outra localidade.

Nessas pesquisas, elegemos as mulheres por entender terem sido elas as que mais sofreram com o processo de desenraizamento. Além de terem perdido o seu referencial material, o seu "lugar de memória", também viram os laços de amizades partidos com os antigos vizinhos, com as comadres, os afilhados derivados da proximidade de muitos anos de convivência. A pesquisa pretendeu entender os sentimentos de angústia daquelas mulheres ao surgir os rumores de que suas casas, seus "pedaços de terras", com suas plantações, muitas vezes suas únicas fontes de renda, seriam submersos pelo lago que se formaria. Interrogamos ainda sobre os sentimentos dessas mulheres, quando tiveram a certeza de que sairiam de suas casas bem como sobre os sentimentos de insegurança e de aflição por não saberem onde morariam, onde seriam e como seriam as suas novas casas. Analisamos ainda as lembranças de outrora: moradias rústicas, sem água encanada, com animais domésticos em seus grandes quintais, parecidos com "roça" e perpassados de todas as lembranças dos seus ancestrais. Naquela pesquisa, através das memórias das mulheres, tentamos revisitar suas histórias de vida, antes que as mesmas desaparecessem como suas antigas moradias.⁴

³ Para a noção de território (e portanto *territorialização*) ver GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: vozes 1996.

⁴ Os resultados dessa pesquisa estão nos seguintes trabalhos: PARENTE, T. G. . Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. ArtCultura (UFU), v. 9, p. 99-112, 2007. PARENTE, T. G. . Impactos da Construção da Usina Luis Eduardo Magalhães - TO: narrativas e memórias de mulheres. In: Temis Gomes Parente; Hilda Gomes Dutra Magalhães. (Org.). Linguagens Plurais: cultura e meio ambiente.

A proposta inicialmente desta pesquisa⁵ seria levar para outro *locus* (Córrego Prata) as mesmas inquietações sobre o processo de desterritorialização analisadas no Reassentamento de Pinheirópolis. Mas quando chegamos para desenvolver a pesquisa nesse Reassentamento percebemos que as falas e relatos destoavam das nossas pesquisas anteriores a até mesmo de outras constantes na literatura específica a temática. As reassentadas do Córrego Prata, apesar das dificuldades em que viviam, atribuíam a formação do reservatório à única oportunidade de conseguirem um “pedaço” de terra e que, portanto não se sentiam impactadas de forma negativa.

Daí tivemos que redirecionar nosso olhar e buscar através da história oral o porquê da especificidade daquele Reassentamento no que se refere à questão dos impactos, partindo da percepção que não foram negativos, para o caso das famílias pesquisadas.

É a partir da análise do processo de readaptação nas novas moradias que essas mulheres do Reassentamento Córrego Prata vão desenvolver atividades como agricultoras, atividade até então não praticada por muitas delas, mesmo trabalhando nos sítios. É com a posse do lote no Reassentamento que irão colocar em prática algumas formas de trabalho e atitudes que viam suas mães fazerem, mas que enquanto moravam com elas, antes de casar, nunca tinham praticado.

Com essas mudanças, é possível perceber, nas suas falas, a incorporação das relações de gêneros aprendidos com suas mães anteriormente, hoje colocados em prática através da educação de suas filhas.

Essas mulheres não vêem as atividades na lavoura como uma forma de sobrecarga de suas atividades nem como sacrifício, ao contrário, justifica-se o trabalho pelo fato de estarem morando na sua própria terra, sua casa, plantando o seu lote,

1 ed. Bauru - SP: EDUSC, 2008, v. 1, p. 1-193. PARENTE, T. G. . Lembranças de outrora: História e Memória de mulheres desterritorializadas. In: VALCUENDE DEL RÍO, José María; CARDIA, Laís M.. (Org.). Territorialização, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil e na Espanha/Territorialización, Medio Ambiente y Desarrollo en Brasil y en España. 1 ed. Rio Branco: UFAC/UPO, 2006, v. 01, p. 14-432.

⁵ Todas essas pesquisa foram financiadas pelo CNPQ.

portanto essas mudanças foram para melhor, embora não queiram que suas filhas ao se casarem tenham a mesma “vida” delas.

Apesar de repetirem para a pesquisadora não quererem aquela vida para as suas filhas, torna-se evidente a internalização dos papéis de gênero que receberam e que agora passam para as suas filhas, na forma em que cobram delas comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros daquela sociedade. Percebemos tais atitudes quando elas nos falam que as atividades que desenvolvem nas roças junto com seus maridos/companheiros, não deixam suas filhas participarem. Quando perguntamos se quando moravam com suas mães, estas as estimulavam para o labor na agricultura, elas são categóricas em afirmar que suas mães “nunca” as deixaram trabalhar na roça, e que só vieram a executar essas atividades depois que casaram e algumas depois que receberam o lote de terra com o processo de reassentamento.

Os papéis de gênero são facilmente identificadas nas várias entrevistas realizadas: na forma de educar suas filhas e na forma de ver as atividades domésticas, mais como um “empreendimento” que precisa ser administrado diariamente. Quando estão com seus respectivos maridos/companheiros e saem cedo para trabalhar na roça, determinam a rotina doméstica a ser seguida por suas filhas. Orientações que receberam de suas mães e hoje reproduzem para suas filhas.

Através dessa pesquisa podemos avaliar o processo de *territorialização* como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, para assim compreender os papéis de gênero reproduzidos e fortalecidos nas falas das mulheres do Reassentamento Córrego Prata no município de Porto Nacional-TO.

Bibliografia

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: vozes 1996.

PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. CEGRAF, UFG, Goiânia, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007.